



TERMO DE COLABORAÇÃO n° 01/2018

Processo n° 12125/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E O CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPLEMENTAÇÃO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA ÀS PESSOAS LEGALMENTE NECESSITADAS.

PREÂMBULO

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ sob o n° 08.036.157/0001-89, com sede na Rua Boa Vista, n° 200, 8° andar, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada **DEFENSORIA**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, o Excelentíssimo Senhor Doutor **DAVI EDUARDO DEPINÉ FILHO**, portador do RG MG n° 51.046.60 e inscrito no CPF sob o n° 266.621.368-40, e o **CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 02.722.761/0001-82, com sede na Avenida do Cursino n° 4.305, Vila Moraes, São Paulo/SP, neste ato





representado por seu Coordenador Geral o Ilustríssimo Senhor **ABRAÃO CARLOS GOMES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.388.819 e inscrito no CPF sob o nº 094.673.578-60, doravante denominada simplesmente **ENTIDADE**, resolvem, com fundamento na Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

- DO OBJETO -

A presente **PARCERIA** tem por objeto a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente dos Foros Regionais de Jabaquara, Santo Amaro e no Foro Distrital de Parelheiros, nas áreas de Família, Cível e Infância e Juventude não Infracional, conforme especificações do Plano de Trabalho de fls. 02/06, parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEGUNDA

- DOS COMPROMISSOS DA ENTIDADE -

Para realização do objeto desta **PARCERIA**, obriga-se a **ENTIDADE** a:

I. Executar as atividades pactuadas na Cláusula Primeira, observando os critérios de qualidade técnica e os prazos previstos no Plano de Trabalho;

II. Enviar à **DEFENSORIA**, com periodicidade mensal, até dia 10 de cada mês, relatório de execução circunstanciado das atividades desempenhadas no mês anterior, por meio do(a) Defensor(a) Público(a) Coordenador(a) ou Auxiliar da Regional das Regionais abrangidas pela parceria, quais sejam Regional Sul e Regional Central da Defensoria Pública, conforme modelos anexos, e, oportunamente, por meio eletrônico,





através de sistema informatizado, mediante uso de login e senha fornecidos pela **DEFENSORIA**;

III. Encaminhar prestação de contas mensalmente à **DEFENSORIA**, por meio do Defensor Público Coordenador das Regionais abrangidas pela parceria, quais sejam Regional Sul e Regional Central, no mesmo prazo assinalado no inciso anterior, acompanhada dos comprovantes das despesas realizadas no período, por meio de apresentação de recibo de pagamento ou comprovante de depósito bancário a favor dos profissionais atuantes pela **PARCERIA**, bem como comprovantes de recolhimento das contribuições fiscais, sociais e trabalhistas;

IV. Enviar os originais dos documentos de despesa mencionados no inciso III acima, ou, quando impossível o envio destes, poderão ser enviadas cópias desde que a entidade garanta a conformidade destas com os originais;

V. Responsabilizar-se pelo oportuno lançamento, consulta e utilização de dados nos sistemas eletrônicos disponibilizados pela **DEFENSORIA**, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal pela sua utilização indevida;

VI. Manter em seus quadros ou firmar contratos de prestação de serviços com profissionais devidamente habilitados em seus respectivos órgãos de classe e que comprovem não possuir qualquer situação jurídica incompatível com o exercício da função delegada;

VII. Facilitar a supervisão e fiscalização pela **DEFENSORIA**, permitindo-lhe, inclusive, o acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitados, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à contratação de pessoas e da prestação do serviço;

VIII. Permitir o livre acesso de servidores da **DEFENSORIA**, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) aos processos, aos documentos, às informações relacionadas





à parceria, bem como ao local de execução do ajuste, referentes a esta **PARCERIA**;

IX. Assegurar a qualidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito desta **PARCERIA**;

X. Apresentar o Plano de Trabalho atualizado quando ocorrer a hipótese de aditamento;

XI. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da **DEFENSORIA** em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do objeto desta **PARCERIA** e, obedecido o modelo, apor a marca da **DEFENSORIA** em placas, painéis e demais materiais de divulgação no serviço prestado;

XII. Abster-se de utilizar, nos locais de prestação do serviço, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sob pena de rescisão da **PARCERIA** e o ressarcimento por prejuízos acarretados à **DEFENSORIA**;

XIII. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos à execução do objeto da **PARCERIA**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **DEFENSORIA** a inadimplência da **ENTIDADE** em relação ao referido pagamento, o ônus sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes da restrição à sua execução;

XIV. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XV. Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede e do local de execução do ajuste as informações relativas a esta parceria, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015;

XVI. Desempenhar, nos moldes previstos nos Plano de Trabalho, as atividades relacionadas com a orientação jurídica e patrocínio nas causas de pessoas consideradas hipossuficientes econômico-financeira, nos termos da Deliberação CSDP nº 89/08, e ulteriores alterações;





XVII. Manter, durante a vigência deste Termo, o atendimento e a prestação do serviço, nos termos do plano de trabalho;

XVIII. Atender, diariamente as pessoas encaminhadas pela **DEFENSORIA**, nos termos e limites do Plano de Trabalho, mantendo no local quadro de aviso destinado aos comunicados de horário de atendimento, nome dos profissionais e data dos plantões;

XIX. Documentar os atendimentos efetuados e as orientações dadas, colhendo-se a assinatura do interessado;

XX. Observar, rigorosamente, a Deliberação CSDP nº 89/08, e ulteriores modificações, do **CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA**, orientadora da análise financeira, fornecendo ao cidadão encaminhado Termo de denegação de atendimento, caso não se caracterize a hipossuficiência econômico-financeira, ou caso seja identificada a inviabilidade jurídica da medida, cientificando do prazo para a apresentação de recurso junto à **DEFENSORIA**;

XXI. Fornecer aos usuários, recibo detalhado de todos os documentos que foram entregues à **ENTIDADE** quando do atendimento, devolvendo-os quando desnecessária a sua utilização para a adoção de medida judicial;

XXII. Fornecer aos usuários, por escrito, rol de documentos necessários para adoção das medidas judiciais cabíveis, bem como as solicitações de certidões eventualmente indispensáveis, com os benefícios da Lei 1.060/50;

XXIII. Adotar as providências necessárias para a obtenção de documentos necessários à instrução das medidas judiciais cabíveis com a gratuidade prevista em lei;

XXIV. Observar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do atendimento inicial, para propositura de ação judicial, quando houver indicação com essa finalidade;

XXV. Observar os prazos para adoção das medidas jurídicas, conforme estabelecido no presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**,



sempre atentando para a urgência decorrente das particularidades do caso concreto;

XXVI. Efetivar a propositura de medidas judiciais urgentes, bem como a resposta de demandas judiciais, de modo e nos prazos aptos a garantir a preservação do direito ameaçado ou a reparação imediata do direito violado;

XXVII. Fornecer ao usuário, por escrito ou verbalmente, informação atualizada, clara e compreensível do (s) processo (s) confiado (s) ao seu patrocínio;

XXVIII. Não redirecionar encaminhamentos recebidos da **DEFENSORIA**;

XXIX. Zelar pela economicidade, buscando a solução consensual das lides, a tutela antecipada dos pedidos, bem como a reunião de diversos pedidos e partes beneficiárias na mesma ação judicial;

XXX. Não substabelecer os poderes recebidos em virtude da presente **PARCERIA**;

XXXI. Manter, sob sua inteira responsabilidade, pessoal administrativo indispensável à execução das atividades objeto do presente **PARCERIA** durante a sua vigência;

XXXII. Manter, sob sua inteira responsabilidade, o número mínimo de profissionais indicados no Plano de Trabalho, com o objetivo de prestar apoio técnico aos serviços objeto da **PARCERIA**;

XXXIII. Manter, sob sua inteira responsabilidade, número de estagiários indicados no Plano de Trabalho, devidamente matriculados no Curso de Direito e, se o caso, nos Cursos de Psicologia e Serviço Social, que, no exercício dos estágios supervisionados, sob a égide da Lei nº 11.788/2008, e orientação dos profissionais, auxiliarão a realização dos serviços descritos no Plano de Trabalho;

XXXIV. Manter instalações adequadas para a prestação do serviço às pessoas encaminhadas, garantindo-lhes:

a) atendimento por ordem de chegada com uso de senhas, respeitados os casos de prioridade previstos em lei;





- b) local de espera sentada;
- c) parlatórios reservados;
- d) horário fixo de atendimento.

XXXV. Adquirir material de escritório, livros, publicações jurídicas de apoio e equipamentos de informática necessários para execução do projeto;

XXXVI. Arcar com todas as despesas necessárias para a comunicação com o usuário;

XXXVII. Providenciar fichas, cartões, envelopes e papéis impressos com o timbre da **ENTIDADE**, nos quais deverá constar a expressão **“TERMO DE COLABORAÇÃO COM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO”**;

XXXVIII. Registrar, nas petições, no cabeçalho, que a atuação se dá em razão da presente **PARCERIA**, sendo vedado o uso de símbolos ou timbre da **DEFENSORIA**, bem como a atribuição da condição de Defensor Público pelo advogado colaborador;

XXXIX. Realizar reuniões periódicas para avaliação e análise entre equipe técnica da **ENTIDADE** e da **DEFENSORIA**, com vistas à uniformização de atuação;

XL. Colocar à disposição das pessoas atendidas todo o material informativo e/ou educativo encaminhado pela **DEFENSORIA**;

XLI. Disponibilizar espaço, no local de atendimento, para fixação de cartaz da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado;

XLII. Manter em sua sede, durante o horário fixado na **PARCERIA**, ao menos um advogado que permanecerá disponível para atender as pessoas encaminhadas pela **DEFENSORIA** e prestar esclarecimentos que eventualmente sejam solicitados;

XLIII. Orientar os advogados que executarão a suplementação da assistência jurídica a:

- a) atuar de forma diligente nos feitos sob seu patrocínio, acompanhado-os até o trânsito em julgado, adotando





todas as medidas cabíveis para o melhor resguardo do interesse do usuário, incluindo a impetração de habeas corpus;

b) acompanhar as intimações publicadas na Imprensa Oficial referentes aos processos confiados a seu patrocínio em razão da presente **PARCERIA**, ressalvadas as intimações pessoais expressamente previstas em lei;

c) adotar, nos feitos sob o seu patrocínio, todas as medidas judiciais cabíveis na defesa dos direitos do usuário, em todos os graus de jurisdição;

d) orientar o usuário e adotar as medidas indispensáveis à efetivação de averbações e registros e outras providências necessárias em decorrência do provimento jurisdicional.

XLIV. Não contratar para a execução do objeto desta **PARCERIA** ou, de qualquer forma, remunerar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de funcionário da **ENTIDADE** ou da **DEFENSORIA** que exerça cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento, tampouco membro ou servidor da **DEFENSORIA**;

XLV. Enviar à **DEFENSORIA**, junto com a prestação de contas, cópias dos contratos de estágio, trabalho ou prestação de serviços, firmados pela **ENTIDADE**, com os profissionais atuantes no objeto desta **PARCERIA**, e seus eventuais aditamentos, bem como outros que vierem a ser firmados na vigência desta **PARCERIA**;

XLVI. Zelar para que os advogados, estagiários e demais profissionais atuantes comportem-se com zelo e urbanidade, empenhando-se para que o usuário se sinta amparado e tenha a expectativa de regular desenvolvimento da demanda;

XLVII. Manter endereço de e-mail atualizado para recebimento de todas as comunicações relativas à **PARCERIA**;

XLVIII. Garantir o prosseguimento de todas as demandas existentes ao findar-se a vigência desta **PARCERIA** até trânsito em julgado das decisões judiciais, que poderão ser singulares ou colegiadas, das quais





não mais exista viabilidade jurídica de impugnação ou cumprimento judicial, independentemente de denúncia ou rescisão por qualquer das partes, sendo mencionada situação devidamente justificada pelo Coordenador;

XLIX. Responsabilizar-se pelos processos em andamento até a extinção do processo em razão de desistência expressa da parte assistida, sendo a mencionada situação devidamente registrada pelo advogado responsável;

L. Responsabilizar-se pelos processos de execução criminal até após o trânsito em julgado da decisão proferida no último incidente de execução instaurado.

CLÁUSULA TERCEIRA
- DOS COMPROMISSOS DA DEFENSORIA -

Caberá à **DEFENSORIA**:

I - Fiscalizar por intermédio do Defensor Público Coordenador ou Auxiliar das Regionais Sul e Central e pelo Defensor Público Assessor de Convênios a prestação dos serviços delegados;

II - Orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto desta **PARCERIA**;

III - Orientar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado;

IV - Designar servidor da **DEFENSORIA** na condição de gestor para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto desta **PARCERIA**, informando a **ENTIDADE** quando detectadas ocorrências de eventuais desvios, com a solicitação de que implemente, tempestivamente, as medidas saneadoras que se impõem fazer;

V - Analisar e aprovar os relatórios circunstanciados das atividades desempenhadas;



VI - Solicitar todos os documentos comprobatórios dos atendimentos realizados, bem como dos serviços prestados, para fins de fiscalização;

VII - Examinar e aprovar a proposta de reformulação da **PARCERIA**;

VIII - Instaurar, mediante portaria expedida pelo Defensor Público Coordenador ou Auxiliar das Regionais Sul e Central, procedimento fiscalizatório em face de reclamações formalizadas contra a **ENTIDADE**, o qual será apreciado, após manifestação da Assessoria de Convênios, pelo Subdefensor Público-Geral responsável pela unidade.

CLÁUSULA QUARTA
- DO PRAZO DE VIGÊNCIA -

O prazo de vigência da **PARCERIA** é de 15 (quinze) meses, contados a partir da publicação do extrato na imprensa oficial.

Parágrafo único – Havendo motivo relevante e interesse das partícipes, o presente instrumento poderá ser prorrogado, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, devendo ser apresentado, para tanto, novo plano de trabalho e outros documentos solicitados pela **DEFENSORIA**, dentro de até 90 (noventa) dias do fim de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA
- DOS RECURSOS -

Para atender às despesas decorrentes da execução dos serviços de que trata esta **PARCERIA**, a **DEFENSORIA**, por meio de sua Coordenadoria Geral da Administração - Fundo de Assistência Judiciária, repassará à **ENTIDADE** a importância mensal de R\$ 28.726,00 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e seis reais) a ser creditada em conta vinculada a esta **PARCERIA**, junto ao Banco do Brasil S/A.





§ 1º - O depósito do valor mencionado no “caput” será efetuado no último dia útil do mês subsequente ao vencido, ficando condicionado à entrega pela **ENTIDADE**, à **DEFENSORIA**, dos relatórios e documentos mencionados na Cláusula Segunda.

§ 2º - A presente **PARCERIA** tem o valor estimado de R\$ 430.890,00 (quatrocentos e trinta mil e oitocentos e noventa reais), que correrão à conta dos recursos da Coordenadoria Geral de Administração - Fundo de Assistência Judiciária - Unidade Gestora de Fundo 420030, Programa de Trabalho 03.092.4200.5796.0000 Classificação de Despesa Elemento-Item 33.50.39-77, do orçamento de 2018 e à conta dos orçamentos-programa do exercício seguinte.

§ 3º - Os recursos repassados pela **DEFENSORIA** serão obrigatoriamente computados a crédito da **PARCERIA** e aplicados exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 4º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 5º - O depósito do valor mencionado no “caput” fica condicionado à inexistência de registros em nome dos respectivos beneficiários junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL.

§ 6º - O depósito do valor mencionado no “caput” ficará retido, até o saneamento das impropriedades, quando:

I - houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Entidade em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;





III - a Entidade deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo gestor ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV - as metas fixadas no plano de trabalho não forem atingidas, salvo força maior ou caso fortuito, ficando neste caso, autorizada a retenção proporcional das parcelas do repasse.

§ 7º - Os valores retidos nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo anterior poderão ser liberados quando sanadas as impropriedades, e os retidos em razão do inciso IV mediante compensação das metas não atingidas;

§ 8º - Para fins de anotação de compensação das metas, conforme previsão do parágrafo anterior, considerar-se-á que:

I - Na hipótese de a atuação ficar aquém ou ser superior às metas mensais previstas no plano de trabalho a ser apresentado com a proposta, poderá o saldo ser contabilizado para fins de compensação, à critério da Defensoria Pública, dentro do prazo de vigência da parceria.

II - A realização de metas mensais que ultrapassem os quantitativos presentes no plano de trabalho que integrará a proposta será contabilizada, somente, para fins de eventual compensação nos meses em que as referidas metas não forem alcançadas.

III - Na eventualidade de ao final de vigência do ajuste houver prorrogação do ajuste, os eventuais saldos existentes, para mais ou para menos, serão zerados.

§ 9º - O repasse somente será integralmente transferido à entidade caso haja comprovação dos gastos com a equipe prevista no plano de trabalho e do integral cumprimento das metas pactuadas, nos termos do item 11.4 do Edital.





§ 10º - O repasse não excederá, em nenhuma hipótese, o valor global do ajuste.

§ 11º - Havendo necessidade de reequilíbrio das obrigações pactuadas, por ocasião da eventual prorrogação da parceria, os valores poderão ser revistos, considerando-se, dentre outros critérios, a análise dos pisos salariais das categorias de profissionais que executam o objeto do ajuste, observados critérios de oportunidade e conveniência da **DEFENSORIA**, bem como a existência de recursos orçamentários suficientes para suporte da avença.

CLÁUSULA SEXTA
DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviços referidos nos termos desta **PARCERIA** é totalmente gratuita, vedada qualquer cobrança aos usuários a título de honorários advocatícios, taxas, emolumentos ou despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA EXTINÇÃO DA PARCERIA

Esta **PARCERIA** poderá, a qualquer tempo, ser denunciada mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, na hipótese de interrupção, paralisação ou insuficiência técnica na prestação dos serviços conveniados, bem como em eventual infração a qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo único. - Seja qual for o motivo da cessação desta **PARCERIA**, a prestação de assistência jurídica assumida pela **ENTIDADE** nas demandas em andamento permanecerá sob sua responsabilidade, nos termos dos incisos XLV, da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA OITAVA





DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

A **ENTIDADE** deverá apresentar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada exercício, toda a documentação exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fins de fiscalização, sob pena de suspensão do repasse.

CLÁUSULA NONA
DA PUBLICIDADE

Fica vedado a qualquer dos partícipes a divulgação das ações referentes ao objeto desta **PARCERIA**, com finalidade egoística ou incompatível com a vislumbrada neste ajuste ou com o interesse público.

Parágrafo único – Fica vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal ou publicitária.

CLÁUSULA DÉCIMA
- DA PUBLICAÇÃO -

Esta **PARCERIA** deverá ser publicada, em extrato, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
- DAS COMUNICAÇÕES -

Todas as comunicações relativas a esta **PARCERIA** serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência protocolada, telegrama, e-mail ou fax.

[Handwritten signature]



[Handwritten mark]



§ 1º - As comunicações dirigidas à **DEFENSORIA** deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Boa Vista, 200, 3º Andar, Centro, CEP 01014-000, São Paulo/SP.

§ 2º - As comunicações dirigidas à **ENTIDADE** deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida do Cursino, 4.305, São Paulo, CEP: 04169-000.

§ 3º - As alterações de endereços, de número de fax ou telefone e de e-mail, de qualquer dos partícipes deverão ser imediatamente comunicados por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
- DAS NORMAS DE REGÊNCIA -

A **PARCERIA** sujeitar-se-á às seguintes disposições normativas abaixo indicadas, sem prejuízo das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie:

I - Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2015;

II - Ato Normativo DPG nº 90, de 05 de agosto de 2014, o qual disciplina os procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório previsto na Lei Geral de Licitações e na Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS -

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir todas as questões decorrentes da execução desta **PARCERIA**, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem certos e ajustados, firmam as partícipes o presente termo na presença das testemunhas abaixo.





DPG, 31 de Janeiro de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DAVI EDUARDO DEPINÉ FILHO

Defensor Público-Geral

CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS -

COR

ABRAÃO CARLOS GOMES

Coordenador Geral

TESTEMUNHAS:

1. Sabrina C.T. Conde
Nome: 42.330.911-0
RG: Sabrina Cristina Tressino Conde
Oficial de Defensoria

2. Gustavo Cavalari Dias
Nome: Gustavo Cavalari Dias
Assistente Técnico I
RG: 37.062.254-6
Defensoria Pública do Estado de São Paulo



Anexo – Modelo Relatório de Execução

RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

1	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - FAMÍLIA (1º ATENDIMENTO)	
2	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - CÍVEL (1º ATENDIMENTO)	
3	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - CRIMINAL (1º ATENDIMENTO)	
4	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - PREVIDENCIÁRIO (1º ATENDIMENTO)	
5	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - VIJ CRIMINAL (1º ATENDIMENTO)	
6	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - VIJ CÍVEL (1º ATENDIMENTO)	
7	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - JVD (1º ATENDIMENTO)	
8	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - JÚRI (1º ATENDIMENTO)	
9	ENCAMINHAMENTOS DEFENSORIA - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1º ATENDIMENTO)	
10	OFÍCIOS DEVOLVIDOS	
11	DEMANDA VOLUNTÁRIA (1º ATENDIMENTO)	
12	ATENDIMENTO DENEGADO	
13	RETORNO	

14	AÇÕES AJUIZADAS	
15	DEFESAS REALIZADAS	
16	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	
17	PLANTÕES REALIZADOS - JEC	
18	AUDIÊNCIAS REALIZADAS - PLANTÃO JEC	
19	PLANTÕES REALIZADOS - JECRIM	
20	AUDIÊNCIAS REALIZADAS - PLANTÃO JECRIM	
21	PLANTÕES REALIZADOS - CEJUSC	
22	AUDIÊNCIAS REALIZADAS - PLANTÃO CEJUSC	
23	RECURSOS INTERPOSTOS	
24	PETIÇÕES DIVERSAS	
25	AÇÕES ENCERRADAS	
26	CURADORIA ESPECIAL	
27	DESARQUIVAMENTO	
28	TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	
29	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	

30	AÇÕES PENDENTES	
31	FASE DE PROCEDIMENTO INTERNO	

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

NOME:

FUNÇÃO:

ASSINATURA: _____

SÃO PAULO, (DATA)



2

ENTIDADE CONVENIADA:
ATIVIDADES DO MÊS DE:

ATIVIDADES	NOMES DOS PROFISSIONAIS												TOTAL		
Retorno															
Ações Ajuizadas															
Defesas Realizadas															
Audiências Ordinárias Realizadas															
Plantões - JEC															
Audiências JEC															
Plantões - JECRIM															
Audiências JECRIM															
Plantão - CEJUSC															
Audiências CEJUSC															
Recursos Interpostos															
Petições Diversas															
Ações Encerradas															
Curadoria Especial															
Desarquivamento															
Tentativa de Conciliação															
Atendimento Psicossocial															
Ações Pendentes															
Ações em Fase de Procedimento Interno															

Handwritten signature



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **ENCAMINHAMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo (se houver):			
	Data do atendimento:		Nº do Ofício:	
	Providência realizada:			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo (se houver):			
	Data do atendimento:		Nº do Ofício:	
	Providência realizada:			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo (se houver):			
	Data do atendimento:		Nº do Ofício:	
	Providência realizada:			

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **OFÍCIOS DEVOLVIDOS** no mês

1	Nome:			
	Data do 1º atendimento:		Data da devolução:	
	Motivo da devolução:			

2	Nome:			
	Data do 1º atendimento:		Data da devolução:	
	Motivo da devolução:			

3	Nome:			
	Data do 1º atendimento:		Data da devolução:	
	Motivo da devolução:			




Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **DEMANDA VOLUNTÁRIA** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo (se houver):			
	Providência realizada:		Data:	

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo (se houver):			
	Providência realizada:		Data:	

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo (se houver):			
	Providência realizada:		Data:	

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **ATENDIMENTO DENEGADO** no mês

1	Nome:			
	Data do 1º atendimento:		Data da devolução:	
	Motivo da denegação:			

2	Nome:			
	Data do 1º atendimento:		Data da devolução:	
	Motivo da denegação:			

3	Nome:			
	Data do 1º atendimento:		Data da devolução:	
	Motivo da denegação:			



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AÇÕES AJUIZADAS** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo:			
	Data de distribuição:		Vara:	
	Tipo de Ação Ajuizada:			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo:			
	Data de distribuição:		Vara:	
	Tipo de Ação Ajuizada:			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº de Processo:			
	Data de distribuição:		Vara:	
	Tipo de Ação Ajuizada:			

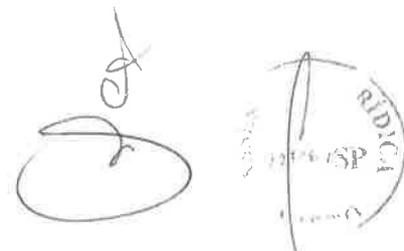
Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **DEFESAS REALIZADAS** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do processo:			
	Vara:		Data da Defesa	
	Tipo de Defesa:			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do processo:			
	Vara:		Data da Defesa	
	Tipo de Defesa:			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do processo:			
	Vara:		Data da Defesa	
	Tipo de Defesa:			



Handwritten signature and circular stamp of the court. The stamp contains the text "R.D.C. 1" and "123456789 SP".

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AUDIÊNCIAS REALIZADAS** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Atuação em favor de: ()Autor ()Réu ()Terceiro	
	Resolução:			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Atuação em favor de: ()Autor ()Réu ()Terceiro	
	Resolução:			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Atuação em favor de: ()Autor ()Réu ()Terceiro	
	Resolução:			

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **PLANTÕES REALIZADOS** no mês

ADVOGADO PLANTONISTA	VARA	DATA	NÚMERO DE AUDIÊNCIAS



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AUDIÊNCIAS REALIZADAS - PLANTÃO** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:	Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro		
	Resolução:			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:	Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro		
	Resolução:			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:	Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro		
	Resolução:			

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **RECURSOS INTERPOSTOS** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data do Protocolo:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Tipo de recurso:	
	Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data do Protocolo:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Tipo de recurso:	
	Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data do Protocolo:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Tipo de recurso:	
	Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro			




Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AÇÕES ENCERRADAS**

1	Autor:			
	Réu:			
	Nº do Processo:			
	Data do Encerramento:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Telefone do assistido:	
	Atuação em favor de: ()Autor ()Réu ()Terceiro			
	Motivo do Encerramento:			

2	Autor:			
	Réu:			
	Nº do Processo:			
	Data do Encerramento:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Telefone do assistido:	
	Atuação em favor de: ()Autor ()Réu ()Terceiro			
	Motivo do Encerramento:			

3	Autor:			
	Réu:			
	Nº do Processo:			
	Data do Encerramento:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Telefone do assistido:	
	Atuação em favor de: ()Autor ()Réu ()Terceiro			
	Motivo do Encerramento:			

Atividades do mês de _____

Discriminação dos processos de **CURADORIA ESPECIAL** no mês

1	Autor:			
	Réu:			
	Nº de Processo:		Vara:	
	Providência realizada:		Data:	

2	Autor:			
	Réu:			
	Nº de Processo:		Vara:	
	Providência realizada:		Data:	

3	Autor:			
	Réu:			
	Nº de Processo:		Vara:	
	Providência realizada:		Data:	



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **DESARQUIVAMENTOS**

1	Autor:			
	Réu:			
	Nº do Processo:		Vara:	
	Motivo do Desarquivamento:			

2	Autor:			
	Réu:			
	Nº do Processo:		Vara:	
	Motivo do Desarquivamento:			

3	Autor:			
	Réu:			
	Nº do Processo:		Vara:	
	Motivo do Desarquivamento:			

Atividades do mês de _____ de 201__

Discriminação das **TENTATIVAS DE CONCILIAÇÃO** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Parte contrária:			
	Realizada: () Sim () Não Acordo: () Sim () Não	Data:		

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Parte contrária:			
	Realizada: () Sim () Não Acordo: () Sim () Não	Data:		

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Parte contrária:			
	Realizada: () Sim () Não Acordo: () Sim () Não	Data:		




Atividades do mês de _____ de 201__

Discriminação das entrevistas com o setor de **PSICOLOGIA OU SERVIÇO SOCIAL**

1	Nome:		
	CPF/RG:		Telefone: _____
	Área de atuação: () Psicologia () Serviço Social		
	Realizado atendimento: () Sim () Não		Data: _____
2	Nome:		
	CPF/RG:		Telefone: _____
	Área de atuação: () Psicologia () Serviço Social		
	Realizado atendimento: () Sim () Não		Data: _____
3	Nome:		
	CPF/RG:		Telefone: _____
	Área de atuação: () Psicologia () Serviço Social		
	Realizado atendimento: () Sim () Não		Data: _____

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AÇÕES PENDENTES**

1	Parte assistida:		
	Nº do processo:		Data de distribuição: _____
	Tipo de Ação:		

2	Parte assistida:		
	Nº do processo:		Data de distribuição: _____
	Tipo de Ação:		

3	Parte assistida:		
	Nº do processo:		Data de distribuição: _____
	Tipo de Ação:		



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação do **PROCEDIMENTO INTERNO**

↵	Parte assistida:			
	Data 1º atendimento:		Data último atendimento:	
	Situação atual:			

↺	Parte assistida:			
	Data 1º atendimento:		Data último atendimento:	
	Situação atual:			

↻	Parte assistida:			
	Data 1º atendimento:		Data último atendimento:	
	Situação atual:			

ENTIDADE CONVENIADA:
ATIVIDADES DO MÊS DE:

RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

1	REEDUCANDOS ENTREVISTADOS	
2	BENEFÍCIOS PLEITEADOS	
3	PETIÇÕES DIVERSAS	
4	RECURSOS INTERPOSTOS	
5	PLANTÕES REALIZADOS	
6	AUDIÊNCIAS REALIZADAS - PLANTÃO	
7	AÇÕES PENDENTES	

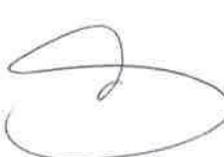
IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

NOME:

FUNÇÃO:

ASSINATURA: _____

SÃO PAULO, (DATA)




Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **REEDUCANDOS ENTREVISTADOS** no mês

1	Data:		Nome:	
	Questão:		Área:	
2	Data:		Nome:	
	Questão:		Área:	
3	Data:		Nome:	
	Questão:		Área:	
4	Data:		Nome:	
	Questão:		Área:	
5	Data:		Nome:	
	Questão:		Área:	

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **BENEFÍCIOS PLEITEADOS** no mês

1	Nome:		Execução:	
	Foro:		Vara:	
	Tipo do Benefício:		Protocolado:	
2	Nome:		Execução:	
	Foro:		Vara:	
	Tipo do Benefício:		Protocolado:	
3	Nome:		Execução:	
	Foro:		Vara:	
	Tipo do Benefício:		Protocolado:	
4	Nome:		Execução:	
	Foro:		Vara:	
	Tipo do Benefício:		Protocolado:	
5	Nome:		Execução:	
	Foro:		Vara:	
	Tipo do Benefício:		Protocolado:	



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **RECURSOS INTERPOSTOS** no mês

1	Nome:			
	Data do Protocolo:		Foro:	
	Nº do Processo:		Vara:	
	Tipo de recurso:			

2	Nome:			
	Data do Protocolo:		Foro:	
	Nº do Processo:		Vara:	
	Tipo de recurso:			

3	Nome:			
	Data do Protocolo:		Foro:	
	Nº do Processo:		Vara:	
	Tipo de recurso:			

4	Nome:			
	Data do Protocolo:		Foro:	
	Nº do Processo:		Vara:	
	Tipo de recurso:			

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação dos **PLANTÕES REALIZADOS** no mês

ADVOGADO PLANTONISTA	VARA	DATA	NÚMERO DE AUDIÊNCIA

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AUDIÊNCIAS REALIZADAS - PLANTÃO** no mês

1	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro	
	Resolução:			

2	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro	
	Resolução:			

3	Nome:			
	CPF/RG:		Telefone:	
	Nº do Processo:			
	Data da Audiência:		Tipo de Ação:	
	Vara:		Atuação em favor de: () Autor () Réu () Terceiro	
	Resolução:			

Atividades do mês de _____ de 201__.

Discriminação das **AÇÕES PENDENTES**

↵	Parte assistida:			
	Nº do processo:		Data de distribuição:	
	Tipo de Ação:			

↶	Parte assistida:			
	Nº do processo:		Data de distribuição:	
	Tipo de Ação:			

↷	Parte assistida:			
	Nº do processo:		Data de distribuição:	
	Tipo de Ação:			

Extrato publicado
no D. O. E em
03 / 03 / 2018





ANEXO II – PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO:

1. DADOS CADASTRAIS:

1.1. Entidade: CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR

CNPJ: 02.722.761/0001-82

Endereço: Avenida do Cursino, 4.305, Vila Moraes.

Cidade: São Paulo

CEP: 04169-000

Telefone: (11) 99568-3234

1.2. Endereço Local de Atendimento Jurídico da Entidade:

Rua Bertiooga, nº 149, apto. 61 – Chácara Inglesa – CEP 04141-100 – São Paulo --SP.

1.3. Representante: Abraão Carlos Gomes

Cargo: Coordenador Geral

Portador da cédula de identidade R. G. n.º 15.388.819

Inscrito no C. P. F. / M. F. n.º 094.673.578-60

1.4. Responsável pela Execução Dr. João Batista Alves Gomes

OAB/SP 159.208

Cargo: Advogado

Portador da cédula de identidade R. G. n.º 17.690.219

Inscrito no C. P. F. / M. F. n.º 101.915.378-45

2. OBJETO DA PROPOSTA:

Prestação de serviços de apoio à assistência jurídica gratuita aos legalmente necessitados nas áreas abrangidas pelo presente plano de trabalho, através de profissionais devidamente qualificados para a execução do serviço.



3. DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS E DE SUA FORMA DE EXECUÇÃO:

A prestação de assistência judiciária gratuita complementar com vistas ao atendimento da população carente de recursos financeiros será operacionalizada através das seguintes etapas ou fases:

i. Análise da situação econômico-financeira (triagem):

- A análise da situação econômico-financeira será realizada por meio de um rigoroso processo seletivo dos legalmente necessitados, considerando-se as condições socioeconômicas apresentadas e registradas em documento próprio, atendendo a Deliberação n.º 89 do Conselho Superior da Defensoria Pública, bem como recomendações de demais atos emanados pela Defensoria Pública.
- A triagem será realizada pelos Defensores Públicos da regional e os usuários serão encaminhados à Entidade mediante ofício.

ii. Atendimento:

- O atendimento objetivará diagnosticar a situação processual dos legalmente necessitados pela escolha do remédio jurídico adequado, realizado pelo estagiário, sob a orientação e responsabilidade do profissional contratado, todos supervisionados pelo coordenador do projeto.

iii. Propositura da ação:

- A propositura da ação consistirá em elaboração da peça formal fundamentada em estudos e pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, acompanhada dos necessários elementos probatórios que o caso concreto requerer.



iv. Acompanhamento:

- O acompanhamento consistirá em supervisionar a tramitação do processo com as devidas providências processuais solicitadas, detectando eventuais deficiências e falhas no desenrolar da ação judicial proposta, até satisfação dos interesses do usuário.

Com o envolvimento dos estagiários nas diversas etapas ou fases do processo, haverá um enriquecimento das experiências curriculares, através de sua participação em atividades jurídicas reais cobertas pela parceria, tais como:

- a) Atividades práticas de negociação, conciliação e mediação;
- b) Análise de autos findos;
- c) Elaboração de textos, peças jurídico-legais, contestações, impugnações, requerimentos, alvarás, recursos e relatórios;
- d) Estudos e pesquisas das fontes formais de Direito (legislação, costumes, doutrina, jurisprudência) etc;
- e) Participação em audiências conciliatórias e de instrução e julgamento.

v. Interposição de recursos:

A interposição de recursos, de forma adequada e tempestiva, visará o reexame das decisões judiciais, no sentido de reformá-las total ou parcialmente e de esclarecê-las, até satisfação dos interesses do usuário.

Foro de atuação: Santo Amaro, Parelheiros e Jabaquara.

vi. Área de atuação:

- **Atendimento:** Família
- **Curadoria:** Família / Cível / Infância e Juventude não infracional



vii. Detalhamentos das áreas:

- **Família:** Envolvendo, sobretudo, ação de alimentos, execução de alimentos, separação judicial, divórcio, conversão em divórcio consensual, anulação de casamento, investigação de paternidade, guarda, regulamentação de visitas, inventário e arrolamento, restabelecimento de casamento, revisional de alimentos, reconhecimento e dissolução de sociedade de união estável, emancipação judicial outorgada e consentimento, tutela, curatela, cautelares, curadoria especial e pedido de alvará.
- **Cível:** Atuação em questões cíveis, principalmente em ações de ritos ordinários e sumários, execução, embargos ao devedor, impugnação à execução, consignação em pagamento, declaratórias, embargos de terceiros, possessórias, cautelares, revisional de aluguel, despejo, mandado de segurança, procedimento especial de jurisdição voluntária/contenciosa, curadoria especial, nunciação de obra nova, anulação e retificação de registro.

<u>Área</u>	Número de encaminhamentos propostos (dentro das áreas escolhidas)
Curadoria: Santo Amaro / Parelheiros / Jabaquara	120 (noventa)
Atendimento Família: Jabaquara	30 (trinta)
TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS	150 (cento e cinquenta)

Havendo recesso forense nos meses de dezembro e janeiro, as metas acima serão reduzidas em um terço.

Havendo necessidade é possível compensação entre os fóruns regionais envolvidos.



4. LOCAL E HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

O atendimento dar-se-á nas no setor jurídico do **CENTRO OSCAR ROMERO - COR**, situado à Rua Bertioga, nº 149 apto. 61 – Chácara Inglesa – CEP 04141-100 – São Paulo - SP, em espaço reservado para as atividades da Assistência Judiciária Gratuita, de segunda à quarta feira no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, para primeiro atendimento dos encaminhamentos realizados pela Defensoria Pública, e às quintas feiras das 09:00h às 12:00 para atendimento relativo a retorno de assistidos, reservando-se as sextas feiras para orientação aos estagiários sobre o andamento dos processos constantes no acervo.

5. DA EQUIPE

A Equipe de trabalho será formada por:

- 01 (um) coordenador do projeto
- 05 (cinco) advogados
- 03 (três) estagiários de Direito
- 01(um) psicólogo
- 01 (um) estagiário de Psicologia
- 01 (um) assistente social
- 01 (um) estagiário de assistência social

A Entidade proponente efetuará a seleção e contratação dos profissionais envolvidos que comporão a equipe de trabalho, assumindo a responsabilidade exclusiva pela quitação de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, devidos em decorrência das contratações.



6. DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL (OBSERVAR OS ITENS “6.2” E “6.5” DO EDITAL):

Os valores são originários de pesquisa efetuada no PA Assessoria de Convênios 3516/2011 e estão em conformidade com o piso salarial das categorias

<u>Equipe Jurídica:</u>			
150 ENCAMINHAMENTOS	Qtde	Valor Mensal	Valor Total Mensal
Coordenador	01	R\$ 2.690,00	R\$ 2.690,00
Advogado Sênior	02	R\$ 4.123,00	R\$ 8.246,00
Advogado Júnior	03	R\$ 3.511,00	R\$ 10.533,00
Estagiário	03	R\$ 612,00	R\$ 1.836,00
Auxílio Transporte Estagiário	03	R\$ 61,00	R\$ 183,00
TOTAL 6.1			R\$ 23.488,00

* Na hipótese da equipe contar com estagiários, acrescer-se-á o valor de R\$ 61,00 a título de auxílio transporte para cada estagiário. Sendo estagiário de Direito, o valor da bolsa auxílio individual deverá ser de R\$ 612,00, perfazendo-se assim, o total de R\$ 673,00.

* A função de coordenação será exercida de maneira cumulada ou não por um dos advogados integrantes da equipe do jurídico.

<u>Equipe Psicossocial</u>			
Atendimento	Qtde	Valor Mensal	Valor Total Mensal
Psicólogo	01	R\$ 2.018,00	R\$ 2.018,00
Assistente Social	01	R\$ 2.018,00	R\$ 2.018,00
Estagiário de Psicologia	01	R\$ 540,0	R\$ 540,00
Estagiário de Assistência Social	01	R\$ 540,00	R\$ 540,00
Auxílio Transporte Estagiário	02	R\$ 61,00	R\$ 122,00
TOTAL 6.2			R\$ 5.238,00



CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – COR

Entidade Fundada em 19 de junho de 1.998.

C. N. P. J. 02.722.761/0001-82

* Na hipótese da equipe psicossocial contar com estagiários, acrescer-se-á o valor de R\$ 61,00 a título de auxílio transporte para cada estagiário. Sendo estagiário de Psicologia ou Assistência social, o valor da bolsa auxílio individual deverá ser de R\$ 540,00, perfazendo-se assim, o total de R\$ 601,00.

TOTAL DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL 6.1 + 6.1 = R\$ 28.726,00 (vinte e oito mil setecentos e vinte e seis reais)

7. CONTRAPARTIDA DA PROPONENTE

7.1 Despesas mensais:

Discriminação das despesas	Valor
Aluguel	R\$ 1.500,00
Material de expediente/Impressos	R\$ 530,00
Material de limpeza	R\$ 100,00
Manutenção e Conservação de Equipamentos	R\$ 400,00
Energia Elétrica	R\$ 250,00
Ligações Telefônicas	R\$ 250,00
TOTAL 7.1 =	R\$ 3.030,00

TOTAL DA CONTRAPARTIDA (7.1) = R\$ 3.030,00 (três mil e trinta reais).

7.2 ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:

A Entidade proponente efetuará a seleção e contratação dos profissionais envolvidos que comporão a equipe de trabalho, assumindo a responsabilidade exclusiva de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, devidos em decorrência das contratações.



CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – COR

Entidade Fundada em 19 de junho de 1.998.

C. N. P. J. 02.722.761/0001-82

<u>INSS</u>			
Folha de Pagamento	Valor	Alíquota do INSS	Recolhimento
Coordenador	R\$ 2.690,00	20%	R\$ 538,00
Advogado Pleno 1	R\$ 4.123,00	20%	R\$ 824,60
Advogado Pleno 2	R\$ 4.123,00	20%	R\$ 824,60
Advogado Júnior 1	R\$ 3.511,00	20%	R\$ 702,20
Advogado Júnior 2	R\$ 3.511,00	20%	R\$ 702,20
Advogado Júnior 3	R\$ 3.511,00	20%	R\$ 702,20
Psicólogo	R\$ 2.018,00	20%	R\$ 403,60
Assistente Social	R\$ 2018,00	20%	R\$ 403,60
TOTAL 7.2			R\$ 5.101,00

TOTAL DA CONTRAPARTIDA (7.1+7.2) = R\$ 8.131,00 (oito mil cento e trinta e um reais).

OUTRAS FORMAS DE CONTRAPARTIDA:

Para o desenvolvimento das atividades descritas neste Plano de Trabalho, a **COR – CENTRO OSCAR ROMERO**, disponibilizará, a título de contrapartida, os seguintes recursos físicos:

- Prédio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, em especial, para a prestação de assistência judiciária gratuita, localizado na Rua Bertioga, nº 149, apto. 61 – Chácara Inglesa – CEP 04141-100 – São Paulo - SP, adequado para atender à demanda da população carente e a operacionalização dos serviços a serem prestados pelos profissionais;
- Local para espera sentada com distribuição de senha, respeitando a ordem de chegada bem como as prioridades de atendimento previstas em Lei;



CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – COR

Entidade Fundada em 19 de junho de 1.998.

C. N. P. J. 02.722.761/0001-82

- Local apropriado para realização de cadastros informatizados dos cidadãos que buscarem este serviço;
- Espaço para atendimento reservado que garanta a dignidade e privacidade do cidadão.
- Mobiliário adequado para a espera, cadastro, atendimento e para a elaboração das peças jurídicas;
- Equipamentos de informática, tais como impressoras e computadores, devendo estes ter acesso à rede mundial de computadores (internet).

8. PERCENTUAIS DOS PARTICIPES (PREVISÃO DE RECEITA E DE DESPESA A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE):

TOTAL GERAL (itens 6 + 7 / R\$ 28.726,00 + R\$ 8.131,00) = R\$ 36.857,00 (trinta e seis mil oitocentos e cinquenta e sete reais).

- a) 77,939 (noventa e trinte e seis por cento) serão providos pela Defensoria Pública do Estado, correspondente ao pagamento dos profissionais envolvidos no projeto, importando em **28.726,00 (vinte e oito mil setecentos e vinte e seis reais)**.
- b) 22,060 % (nove e sessenta e três por cento) serão providos pela **COR – CENTRO OSCAR ROMERO** correspondente ao pagamento de materiais, despesas com energia elétrica, telefone, encargos sociais e outras despesas, importando em **R\$ 8.131,00 (oito mil cento e trinta e um reais)**.

9. CRONOGRAMA DE REPASSE OU DESEMBOLSO:

O cronograma de repasse será mensal, mediante análise e aprovação da prestação de contas, constituída pelo relatório de execução do objeto e pelo relatório de execução financeira, nos termos do item 9.2 e 9.4 do Edital, que será encaminhada até o dia 10 de cada mês ao Defensor Público Coordenador da respectiva Regional abrangida pela parceria.



Anualmente será realizada a prestação de contas gerais relativa a todo o exercício. Além disso, a qualquer momento, a Defensoria Pública poderá solicitar dados da parceria, com um prazo de 5 (cinco) dias de antecedência quando estes forem referentes ao mês em vigor, 15 (quinze) dias para os dados dos últimos 12 (doze) meses e 30 (trinta) dias para períodos superiores a um ano.

10. DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS:

O relatório das atividades desenvolvidas ficará sob a responsabilidade da entidade, que os encaminhará até o dia 10 de cada mês ao Defensor Público Coordenador da Regional competente, que analisará a aferição do cumprimento das metas, quantitativamente e qualitativamente, e encaminhará à Assessoria de Convênios da Defensoria Pública para manifestação conclusiva.

São Paulo, 03 de outubro de 2.017.

**Representante Legal da Entidade
Abraão Carlos Gomes**

**Responsável pela Execução:
Dr. João Batista Alves Gomes**